



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

A C Ó R D ã O Nº865

Feito : Processo Nº2166/93 e 2367/94-TCE/ACRE-(Apenso)
Relator: Conselheiro JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FÁRIA
Assunto: Prestação de Contas do Instituto Clínico e Assistencial Mário
Júlio Ribeiro da Silva - Exercício de 1992.

Prestação de Contas do Instituto Clínico e Assistencial "Mário Júlio Ribeiro da Silva", exercício de 1992 - arquivamento do processo e pela Tomada de Contas dos recursos oriundos do Governo do Estado em 1993 e 1994, notificada a sua Presidência.

Inteligência da Lei Nº4320/64.

Vistos, relatados e discutidos os autos dos Processos Nº 2166/93 e 2367/94-(apenso), acima indicados, **A C O R D A M** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, a unanimidade, acolher o voto do Conselheiro Relator, parte integrante deste julgado, pelo arquivamento do presente feito e de ofício seja procedida **Tomada de Contas** dos recursos repassados pelo Governo do Estado do Acre em favor do Instituto Clínico e Assistencial "Mário Júlio Ribeiro da Silva", com a **notificação da senhora Dalva Correia de Oliveira Garcia**, Presidente da Entidade, a prestar contas dos aludidos recursos e relativos aos exercícios de 1993 e 1994. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Alcides Dutra de Lima.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.

Rio Branco, 27 de outubro de 1994.

Cons. ISNARD BASTOS BARBOSA LEITE
Presidente do TCE/ACRE

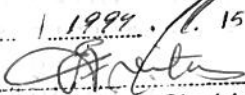
Cons. JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FÁRIA
Relator

Fui presente:

FERNANDO DE OLIVEIRA CONDE
Procurador-Chefe do M.P.E.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Este documento foi publicado no
DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO Nº 6402
de 17 / 11 / 1994, p. 15


Secretária do Plenário



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

PROCESSO: 2.166/93

RELATOR : CONS. JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FÁRIA

ASSUNTO : Prestação de Contas do Instituto Clínico e Assisten
cial Mário Júlio Ribeiro da Silva, exercício - 1992

RELATÓRIO:

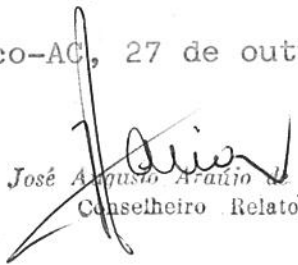
Trata o feito da Prestação de Contas do Instituto Clínico e Assistencial Mário Júlio Ribeiro da Silva, exercício de 1992, analisado pela 1ª IGCE que apresentou Relatório de fls. 236/240 que, pelas inúmeras irregularidades contidas, pede, em sua conclusão, a não aprovação da Prestação de Contas do referido Instituto.

Apensado ao Processo encontra-se a Inspeção na Secretaria de Estado de Saúde, relativa às subvenções sociais repassadas pelo Governador do Estado ao Instituto (Processo 2.367/94).

Opinou no Processo o Ministério Público Especial à fl. 243-verso.

É o Relatório.

Rio Branco-AC, 27 de outubro de 1994.


José Augusto Araújo de Faria
Conselheiro Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE
(PROCESSO: 2.166/93)

CONCLUSÃO E VOTO:

Apensado ao Processo em pauta encontra-se o de nº 2.367/94, que trata da Inspeção na Secretaria de Estado de Saúde, relativa às subvenções sociais repassadas pelo Governador do Estado ao Instituto Clínico e Assistencial Mário Júlio Ribeiro da Silva, exercício de 1992.

Tendo em vista ser a documentação que trata da Prestação de Contas (Processo nº 2.166/93) mais completa, a 1ª IGCE recomenda, por serem insuficientes os documentos existentes na Secretaria de Saúde, que se acolha o Relatório de fls. 236/240 e sua análise, procedente do feito em questão.

O Ministério Público Especial assentou seu Parecer de fl. 243-verso no Processo nº 2.166/93, em pauta.

Embora tenhamos conhecimento de que a mesma Prestação de Contas foi enviada à Secretaria de Saúde, é de se salientar que os autos não esclarecem quais as providências tomadas pelo órgão.

As irregularidades apontadas no Relatório de fls. 236/240 são insofismáveis. Embora tendo que considerar que se trata de uma entidade filantrópica, não está a mesma isenta de prestar contas, em obediência ao que determina a Constituição Estadual.

Ante ao exposto, ouvido o Ministério Público Especial e o exame procedido pelo Relator, **VOTO pelo arquivamento do feito** e que se proceda, de ofício, a uma Tomada de Contas dos recursos repassados pelo Estado ao Instituto Clínico e Assistencial Mário Júlio Ribeiro da Silva, exercício de 1992, e, também, pela notificação da dirigente do citado Instituto, Sra. Dalva Correia O. Garcia, a prestar contas dos exercícios seguintes (1993/1994), relativamente aos recursos repassados pelo Governo do Estado.

É como VOTO.

Rio Branco-AC, 27 de outubro de 1994.

[Assinatura]